

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: ENSINO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA, NOS ANOS INICIAIS, DO ENSINO FUNDAMENTAL

Eva Terezinha Ferreira Jornada¹

Resumo: O referido artigo instiga um tema atual. Dialoga com as demandas reais de políticas educacionais. Nas quais pontuam elementos necessários para que discentes possam ter um entendimento de acontecimentos históricos e geográficos da concepção municipal. Apresenta o recorte espacial São Borja/RS-BR. Cidade Gêmea com Santo Tomé-AR. Pontua como objetivo geral: Fomentar a seriedade do contexto histórico e geográfico são-borjense para proporcionar aprendizagem significativa sobre períodos históricos, geográficos, paisagens do local, de onde vivem. Os objetivos específicos são: Instigar a formação da municipalidade a partir de documentos oficiais e mapas. Comparar os fatos históricos e geográficos de período passado, com os da atualidade. Incentivar educandos para que possam ser críticos com a realidade na qual estão inseridos. A metodologia apresenta uma revisão de literatura embasadas na pesquisa bibliográfica, exploratória e documental. Dialoga sobre um problema público: Como os aprendizes podem aprender a História e a Geografia com escassez de Material Didático, contemporâneo, de acordo com sua faixa etária? Justifica-se devido a necessidade de que muitos estudantes não conhecem a história da origem da municipalidade. Assim, neste pretende-se propiciar uma compreensão da historicidade humana. E da herança ancestral deixada à posteridade. A qual deve ser valorizada.

Palavras-chaves: Políticas Educacionais; História; Geografia.

INTRODUÇÃO

Políticas Públicas Educacionais: Ensino de História e Geografia, nos Anos Iniciais, do Ensino Fundamental estimula a dialogicidade de um tema atual. Desse modo discorre sobre as demandas reais de políticas educacionais.

No mundo da experiência, a mudança é algo permanente. As coisas estão sempre mudando. Crianças nascem todos os dias, as pessoas envelhecem, cidades são construídas, outras são destruídas, muita coisa se ganha e outras se perdem. Devido a isso, sentimos o tempo passar mais rapidamente quando há muitas mudanças e mais devagar quando poucas se alternam. Para isso usamos a memória: lembramos das coisas como elas eram e as comparamos com o que elas são hoje. Sabemos que existe mudança porque há a lembrança. A memória nos permite perceber não só as mudanças, mas também as permanências (VASCONCELOS, 2012, p. 28).

¹ Mestra em Políticas Públicas pela UNIPAMPA. Orcid.org/0000-0002-9558. E-mail: evaferrjsb20@gmail.com



Quando na atualidade vão conhecer o Caís do Porto de São Borja. Visualizar as águas que correm no rio Uruguai. Notar que há lanchas, que atravessam e navegam nos locais fluviais, banhados de água doce, da nacionalidade brasileira está a obter uma lembrança individual. Olhar as pessoas pescando, nessas águas, fazem com que os sujeitos internalizem essas lembranças, que chamamos de memórias.

Estimular os educandos a aprenderem a conhecer a história da formação da Redução São Francisco de Borja e as origens do município. Esses elementos históricos e geográficos que pontuam informações necessárias para que possam ter um entendimento de acontecimentos históricos e geográficos da concepção municipal, no passado fazem partem da memória individual, particular e única de cada ser humano. "A memória pode ser dividida em vários tipos. Uma determinada pessoa pode se lembrar das coisas que aconteceram durante a sua vida devido a memória individual" (VASCONCELOS, 2012, p.29). Por isto, apenas quem lembra desses detalhes é cada sujeito singular, porém que vive ou visita essa comunidade local. Da qual se retrata nessa narrativa discursiva.

Estudar sobre o Padroeiro Francisco Garcia. A origem reducional. As construções no período reducional. A religiosidade na Redução. Costumes dos padres jesuítas ao ensinarem aos povos originários guaranis etc. As hipóteses prováveis da data de fundação de São Borja. Hipóteses questionadas por historiador: 1687? 1692? Porém, aborda-se no Hino de São Borja. Conforme escreve Falcão (2024, p. 21): "Foi instituído pelo Artigo 58, inciso III, da Lei Orgânica do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou. O prefeito Arneldo Matter, sancionou e publicou a Lei Nº: 1283/1984". A Letra é de Apparício Silva Rillo. E a Música é de José Gonzaga Lewis Bicca: No Hino de São Borja lê-se os seguintes versos: [...] "São Borja vens de longe, / de mil seiscentos e oitenta e dois, / do guarani, do jesuíta, do espanhol, / e do domínio português depois. / Das canções do pastoreio, / mesclada à voz dos clarins, / guerreira e xucra nasceste, / glória da pátria, / flor plantada em seus confins / Noiva do Rio Uruguai / rumo ao futuro vai / Toda vestida pela flor azul do linho / Toda enfeitada pelo ouro dos trigais/



[...]. Faz com que estudante pense na letra da música, que registra fatos históricos, que ocorreram no passado e estão sendo referendados no presente, na sala de aula.

Enquanto isso, nas aulas da disciplina de Geografia escuta sobre grupos sociais, bairros, fronteiras, territórios, paisagens, rios, enchentes do rio Uruguai, a hidrografia, os distritos sãoborjense, vegetação, agricultura, pecuária, comércio formiga e os atuais, meios de comunicação comparativos com os da contemporaneidade, toponímia, os limites da municipalidade, a construção e consequentemente a Inauguração da Ponte Internacional da Integração entre as Cidades Gêmeas².

Nos Anos Iniciais, do Ensino Fundamental, necessita-se sistematizar as ideias consideradas centrais a fim de instigar a Geografia sobre a sua relevância teórica e política. As Unidades Temáticas conforme exigem a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) carecem de sustentação teórica sobre a comunidade local e metodológica em relação a intervenção pedagógica, que precisa ser desenvolvida no decorrer das práticas educativas. A autora Maria explica que: "A geografia estuda o espaço geográfico, em qualquer escala (local, regional, nacional, global) e numa perspectiva relacional. Espaço geográfico é composto de materialidade natural ou construída, de relações sociais, políticas, econômicas, culturais" FANTIN, 2010, p. 22).

_

² Segundo o Ministério da Integração Nacional (2005), as cidades-gêmeas são núcleos urbanos relativamente interdependentes localizados de um lado e de outro dos limites transfronteiriços que apresentam vetores, tanto, convergentes, derivados do elevado potencial de integração transnacional, quanto divergentes, oriundos das novas ameaças e dos contenciosos característicos das fronteiras, motivo pelo qual se justifica a definição estratégica de políticas públicas focalizadas. Cuja a Portaria 125 de 21 de março de 2014 baseada no artigo 87, da CF/88, parágrafo único, II. Conforme Decreto Lei 8.636/2016 interioriza o tratado Brasil e Argentina, ou seja, interioriza significa que o tratado passa fazer parte da Legislação Brasileira. A Portaria nº 125, de 21/03/2014, no Art. 1º - Serão considerados cidades-gêmeas os municípios cortados pela linha de fronteira, seja essa seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infraestrutura, que apresentem grande potencial de integração econômica e cultural, podendo ou não apresentar uma conurbação com uma localidade do país vizinho, assim como manifestações condensadas dos problemas característicos da fronteira, que aí adquirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania. Revista de Ensino Interdisciplinares, [A], v.1, n.42, set.out.2019 DOI:htttps://doi.org/10.56579/rei.vli2.14Disponívelem:https:revistasceeinter.com.br/revistasdesetudointerdiscipl inar/articleAcesso: 12 nov. 2024.



Profissional de Educação mostra fotos, de fatos históricos ou geográficos. Entre outras temáticas fala de um problema público de quem mora no entorno das margens do rio Uruguai. Articula a data que ocorreu a maior enchente na zona ribeirinha. A título de esclarecimento à docência sugere-se ler antes de dialogar com crianças e jovens um Trabalho de Conclusão de Curso, de o Bacharelado em Jornalismo intitulado: As águas de 1983: São Borja diante da pior enchente³.

O Livro reportagem, de 2023, traz a discussão da pior enchente vivenciada pelos habitantes são-borjenses. Narra sobre um trágico cenário com quase cinco mil desabrigados. Cuja a água colocou o rio Uruguai, dezenove metros acima de seu nível, naquele inverno. Muitas vezes, porém é possível lembrar de experiências que não são vivenciais, que foram contadas por amigos ou parentes. O autor comenta que: "É o caso de uma enchente, mas pode ter ouvido falar no assunto por meio do relato de pessoas que tenham presenciado a situação. Isso constitui uma memória coletiva (VASCONCELOS, 2012, p. 29). Após essa leitura aconselha-se a comentar sobre as mudanças climáticas, que a cidade e demais locais regionais, nacionais e internacionais vem enfrentando com o passar dos tempos. Mas, em uma linguagem coesa, simples e de acordo a idade escolar dos educandos.

Visando diminuir o baixo índice de aprendizagem propicia-se para que aprendizes memorizem e decorem os conteúdos discorridos durante cada trimestre. Exigindo-lhes a decoreba dos conhecimentos históricos, culturais, sociais, geográficos e interdisciplinares sem dar-lhes possibilidades de reflexões. No entanto, enfatizam a obrigatoriedade das memorizações ensinadas pelo ensino bancário no qual educador (a) tem o poder e o saber. E não exige criticidade. Apenas que se lembre dos fatos históricos e geográficos contados. Isso exige outro tipo de memória que é a coletiva. Ou seja, literalmente tem de saber decorada as questões, que envolveram a coletividade no passado.

³ Disponível em: https://repositório.unipampa.edu.br/jspui/handle/riu/8038 Acesso: 15 nov. 2024.



Além da memória coletiva estar sendo praticada. Concomitantemente, está escutando a disciplina, de História, que foi contada pelas lembranças vivenciadas e registradas, no passado, por outras pessoas. Posteriormente, esses conteúdos são avaliados por meio de questionários de simples ou múltipla escolhas para verificar datas, fatos históricos, nomes ilustres, dados geográficos etc. Ainda no século XXI, infelizmente, acontece em algumas instituições escolares avaliações, que exigem muito mais da memorização, do que da contextualização e reflexão dos discentes. Na inferência a seguir o autor esclarece que:

A narração em que o educador é o sujeito, conduz os educandos à memorização mecânica do conteúdo narrado. Mais ainda, a narração os transforma em recipientes a serem enchidos pelo educador. Quanto mais vá enchendo os recipientes com seus depósitos, tanto melhor educador será. Quanto mais se deixem docilmente encher tanto melhores educandos serão. Desta maneira, a educação se torna um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador o depositante. Em lugar de comunicar-se, o educador faz comunicados e depósitos que os educandos, meras incidências, recebem pacientemente, memorização e repetem. Eis, a concepção bancária da educação, em que a única margem de ação que se oferece aos educandos é a de receberem os depósitos (FREIRE, 2018, p. 80).

Urge a necessidade de dialogar, instigar e pesquisar esses temas, mas por diferentes metodologias pedagógicas e teóricas.

Sabemos que existiu um certo Pedro I, porque isso está escrito nos livros de História. Sabemos muitas coisas sobre o passado porque existem livros e documentos antigos, bem como quadros, monumentos, depoimentos orais etc. Esses materiais são chamados de fontes históricas. Os historiadores reúnem esses elementos e fazem uma análise crítica das informações neles presentes. O resultado dessa análise é a memória histórica (VASCONCELOS, 2012, p.30).

Apresenta o recorte espacial São Borja/RS-BR. Cidade Gêmea com Santo Tomé-AR. Pontua como objetivo geral: Reconhecer a importância do contexto histórico e geográfico são-borjense para proporcionar aprendizagem significativa sobre períodos históricos, geográficos, paisagens de lugar, de onde vivem etc. Os objetivos específicos são: Instigar a formação da municipalidade a partir de documentos oficiais e mapas. Identificar os fatos históricos e



ser críticos com a realidade na qual estão inseridos.

De acordo com o autor é relevante o estudo geográfico, no Ensino Fundamental porquê: "Na escola, o objetivo geral é alfabetizar o aluno para a leitura do espaço geográfico. Esse é o seu papel na educação e é o que garante sua identidade. A alfabetização geográfica torna o espaço objeto de conhecimento" (PEREIRA, 1994, p. 24). A municipalidade são-borjense é riquíssima em identidades. Cabe cada são-borjense escolher aquela com a qual se identifica: missioneira, ribeirinha, trabalhista, histórica, elitista, trabalhista ou fronteiriça.

A metodologia apresenta uma revisão de literatura embasadas na pesquisa bibliográfica, exploratória e documental. O (a) pesquisador (a) deve ponderar sobre a ação reflexiva do ato de examinar. Segundo o autor relata que "é necessário pesquisar, para constatar, constatando, intervir, intervindo à docência educa e se educa. Pesquisa-se para conhecer o que ainda não se conhece. E comunica-se a fim de anunciar a novidade" (FREIRE, 2000, p. 29). O educador constata a indigência de que a professora ou o professor possa interceder e aprender a aprender os conhecimentos locais. E regionais de sua comunidade tradicional. De tal modo, precisa abranger a origem, a formação e a transformação da formação reducional, a vila e consequentemente a município.

Dialoga sobre um problema público: Como os aprendizes podem aprender as disciplinas de História e a Geografia com escassez de Material Didático, contemporâneo, de acordo com sua faixa etária? Salienta o autor que: "O problema público está para a doença, assim como a política pública está para o tratamento" (SECCHI, 2019, p. 8). Diagnosticando-se o problema é possível planejar planos de ensino de História e de Geografia. Além disso, sua diversidade social, cultural, linguística etc. Propiciar aos aprendizes condições de valorizar a diversidade histórica cultural, étnica, linguística, social, memória individual, coletiva, social, histórica e da coletividade.



Justifica-se devido a necessidade de que muitos estudantes não conhecem a história da origem da municipalidade. Primeiramente, a alternativa de temática transita pela necessidade de ressaltar que as disciplinas de História e de Geografia são ferramentas imprescindíveis para o desenvolvimento regional fronteiriço, econômico, social, cultural e educacional na municipalidade são-borjense. Cidade esta descendente dos povos originários guaranis e de padres jesuítas espanhóis, que atravessaram o rio Uruguai para fundar a Redução São Francisco de Borja.

Assim, neste pretende-se propiciar uma compreensão da existência humana. E da herança ancestral deixada à posteridade. A qual deve ser valorizada. Este artigo está dividido em seções tais como: Resumo. Introdução. Metodologia. Políticas de Públicas de Educação e Interdisciplinariedades. A importância da Geografia e História local. Resultados e Discussões. Considerações Finais. Referências.

METODOLOGIA

Esse será desenvolvido por meio de procedimentos, de métodos e de metodologias. A palavra metodologia significa estudo dos caminhos, dos instrumentos usados para se fazer ciência instigada à discussão, que procure mais a descoberta da realidade.

Neste pretende-se referenciar a disciplina de História, nos Anos Iniciais, do Ensino Fundamental. Para que possam aprendizes terem uma melhor compreensão de sua relevância na Educação Básica.

Pesquisar exige comprometimento. Procurar meios para que se possa encontrar respostas às suas indagações. "É encontrar os diferentes caminhos e procedimentos metodológicos, que comprovem a veracidade da pesquisa. Ela é uma conquista árdua. É convicta, sabedoria e ética" (DEMO, 1985, p. 44). Ela faz parte do percurso da pesquisa. Levando dados de literatura para realizar-se um embasamento teórico, reflexivo e crítico em relação ao tema.



É indispensável utilizar-se de metodologia, de instrumentos metodológicos, a fim de aperfeiçoar o objeto de estudo. É necessária para que seja objetiva, fidedigna e demonstre a transparência. Averígua-se que, em relação a classificação dos objetivos que é uma pesquisa exploratória, porque apresenta um problema para ser indagado. Em relação à pesquisa exploratória relata que "ela tem como finalidade desenvolver, esclarecer e modificar os conceitos e as ideias. Ou seja, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos. Ou hipóteses pesquisáveis para estudos atuais e posteriores" GIL (2008, p. 27).

É uma pesquisa bibliográfica. E é uma pesquisa básica. Porque ao longo da pesquisa cursa passagens para encontrar as respostas aos questionamentos em relação ao problema discutido nesse. Para discorrer-se o artigo apoia-se, quanto aos procedimentos de coleta de dados, na revisão bibliográfica e na pesquisa documental.

Isto é, por meio de visualização de leis, dissertações, teses de doutorado etc. No tocante à pesquisa documental, revela que essa se assemelha à pesquisa bibliográfica. Porém, "[...] elas divergem quanto a natureza das fontes. Enquanto, a bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições de diversos autores. A documental vale-se de materiais que não receberam, ainda, um tratamento analítico" (GIL,1999, p.14).

"No entendimento de que a pesquisa documental diz respeito aos mais variados documentos" (GIL, 2010, p. 23). Visto que, inclusive a Constituição de 1988 e as Emendas Constitucionais atuais são documentos. Isso é indispensável para o enriquecimento desta. Há transcrição de artigos da CF/88, de Leis e Decretos, que comprovam a legitimidade para a discussão deste tema.

Podendo ser estudadas de acordo com os objetos de pesquisa, à exemplo das legislações agregadas aos escritos. Para a efetivação da pesquisa leva-se em consideração os documentos disponíveis na Plataforma SciELO (Scientific Eletronic Libray Online), literaturas sobre a temática etc.



As reflexões aqui apresentadas são resultantes de pesquisas cujo objetivo é construir referências teóricas e metodológicas para o ensino de História nos anos iniciais do ensino fundamental, a partir dos pressupostos da educação histórica. As pesquisas ancoradas nesta perspectiva educativa destacam o processo de cognição histórica por meio de investigação "qualitativa, descritiva, buscando através da análise indutiva sistemática a compreensão de ideias dos sujeitos acerca da História como explicação, evidência, objetividade, narrativa" (Barca, 2007, p. 37).

É contável que vários e diferentes caminhos metodológicos procedimentais foram traçados no decorrer deste o conceitual, o teórico e o procedimental. Percebe-se que, a concretização dessa tratativa metodológica procedimental é fundamental a partir do ponto de vista da realização de pesquisa exploratória.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO E INTERDISCIPLINARIEDADES

Articula-se neste que as Políticas Públicas são relevantes de serem dialogadas para dar continuidade a essa dialogicidade. Visto que, ela pode ser conceituada pelo autor: [...] é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público e possui dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público" (SECCHI, 2014, p. 1).

No caso desse embasamento teórico, deste artigo, o problema público ainda persiste, pois necessita de ir à agenda. Carece de autores e autoras que escrevam o Material Didático conforme as exigências da Base Nacional Comum Curricular, que requer o Código de cada Unidade Temática e Objeto de Conhecimento. Além disso, esses conteúdos devem propiciar as condições de melhoria educacional para desenvolver nos estudantes as habilidades e as competências emocionais. Sugere-se que seja realizado pela docência que já atuou nos Anos Iniciais. Desse modo, a pessoa sabe de que precisam aprendizes para aprender a aprender a História e a Geografia da comunidade são-borjense. Para ser dialogada na municipalidade de São Borja, situada na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul. Sabe-se que as Políticas Públicas são pontuadas da seguinte maneira:



"Porque envolve identificação do problema, formação da agenda, formulação de alternativas, tomada de decisão, implementação, avaliação e extinção. [...] é um processo isento de interferência intencional dos diversos atores governamentais" (JORNADA, 2022, p. 86). A seguir demonstra-se como ocorre na prática esse processo de política pública.

FIGURA O1 CICLO DE POLÍTICA PÚBLICA



Fonte: Leonardo Secchi, 2012.

FIGURA 02 FOTOGRAFIA DO RIO URUGUAI SÃO BORJA



Fonte: Imagem elaborada pela autora, 2022.

Na cidade de São Borja/BR cidade irmã de Santo Tomé/AR tem o rio Uruguai que banha essas localidades. Neste pretende-se pontuar apenas o problema público que é a falta de Material Didático específico ao 5º Ano do Ensino Fundamental. Que pode ser elencado e legitimado pelo Decreto 8.636/2016 que defende a ideia de que cada municipalidade registre a sua História e a Geografia local para conhecimento de ambas as cidades gêmeas.



Verifica-se que há uma diversidade de Políticas Públicas, que estão presentes em diversas áreas como: saúde; educação, segurança; gestão; meio ambiente; saneamento; habitação; emprego e renda; previdência social; planejamento urbano; justiça e cidadania; economia; assistência social; relações internacionais; cultura; esporte; ciência; inovação; infraestrutura etc. A docência deve instigar aos discentes sobre elas. Para que aprendam quais são os seus direitos humanos fundamentos. E possam exigi-los. Inclusive esses temas podem ser questionados no Material Didático.

No entanto neste, escolhe-se para instigar-se as Políticas Públicas de Educação. Várias Leis já foram promulgadas, que defendem a importância da educação conforme o Artigo 205: que defende a educação como direito da criança e do adolescente até os dezessete anos. E é dever do Estado e da família. Sabe-se que ela deve ser obrigatória, laica e gratuita. Há a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. A Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, que aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Têm os Parâmetros curriculares nacionais: história e geografia de 2001. Tem a Base Nacional Comum Curricular implementada e foi publicada no dia 22 de dezembro de 2017. No entanto, existe outras leis que não foram citadas ainda neste.

É perceptível que além de avaliar, o governo deve oferecer estratégias de ensino aprendizagem para ajudar os aprendizes, na aquisição de saberes de humanidades. A Base Nacional Comum Curricular foi publicada no dia 22 de dezembro de 2017. "Todo conhecimento sobre o passado é também um conhecimento do presente elaborado por distintos sujeitos" (BNCC, 2017, p. 395).

É um dever do Estado propiciar condições de melhoria de aprendizagem significativa na área de História e Geografia. Cabe a ele oferecer uma equipe multidisciplinar, para que os discentes possam sanar as suas dificuldades ou amenizá-las: "As ações humanas construídas nas distintas sociedades existentes de diversas regiões do planeta" (BNCC, 2017, p. 356).



Pois no artigo 208, segundo a EC nº 14/96; EC nº 53/2006 e EC nº 59/2009 o Estado deve assegurar (CONSTITUIÇÃO, 2011, p. 136): "educação básica obrigatória e gratuita dos quatro anos aos dezessete anos de idade; assegurando inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria". Por conseguinte, é compreensível a relevância da oferta da educação para esse público-alvo. Permanece a possibilidade de exigir na sociedade, políticas públicas mais eficientes, eficazes e efetivas em relação a essas respectivas disciplinas. "O reforço da Lei 8.069, 13 de julho de 1990 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) reforça a obrigatoriedade do acesso e da permanência" (JORNADA, 2022, p. 94). Ferreira (2021a) adverte que ao longo da História da Educação no Brasil o direito a educação avança e retrocede, no entanto, a partir da promulgação da CF/88 destaca que após:

A educação assumindo o status de direito social e com o aumento das políticas públicas para ampliação dos estudantes na educação básica e, sobretudo, da permanência dos grupos sociais que historicamente não tiveram acesso à escola pública, os avanços parecem ter sido inegáveis (FERREIRA, 2021, p. 39).

Salienta-se que a partir desse processo de redemocratização, a escola pública não deve advir apenas com a inserção de novos alunos, em sala de aula, mas adverte que a instituição escolar precisa estar atenta a precisão de inclusão de novos temas históricos e geográficos em seu currículo que considere as particularidades regionais e identitárias. "A Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afrobrasileira e Indígena, nas instituições escolares".

Aplicar práticas de ensino às crianças e jovens, que repensem as questões em relação ao preconceito racial, que pode ser manifestado por meio de atitudes, opiniões ou julgamentos negativos sobre um grupo racial. É obrigatório existir na sala de aula o respeito a toda pessoa humana, aos direitos humanos fundamentais. A educação formal deve criar condições para que

⁴ Disponível em: https://www.planalto.gov.br Acesso em 15 nov. 2024.



aprendizes possam transformar a consciência por meio do conhecimento, da análise de pensar e respeitar a cultura da outra pessoa.

Uma proposta pedagógica é um caminho, não é um lugar. Toda proposta pedagógica é construída no caminho, no caminhar. Toda proposta pedagógica tem uma história que precisa ser contada. Toda proposta pedagógica tem uma aposta a mais: [...] uma aposta porque, sendo parte de uma dada política pública, contém um projeto político pedagógico de sociedade e um conceito de cidadania de educação e de cultura (KRAMER,1997, p. 21).

No caso do objeto de estudo elucidativo e demonstrativo deste a inclusão e a valorização da pessoa humana seriam fundamentais para apreciar a identidade local, fronteiriça, regional, nacional e internacional. Ou seja, indicar o pertencimento entre estudante, escola e a diversidade. O conhecimento sobre as bases epistemológicas e metodológicas é a porta do acesso do profissional da educação para que possa transformar aprendizes.

A IMPORTÂNCIA DA GEOGRAFIA E HISTÓRIA LOCAL

Espera-se que haja demandas, que viabilizem Material Didático, para que haja um progresso de aprendizagem significativa e ativa de Geografia e História. Diagnosticando-se o problema é possível planejar planos de ensino de História e Geografia para compartilhar sobre diversidade social, cultural etc. Em relação a essa reflexão a autora (Andreis 2012, p. 49): "Esse debate recai, então, sobre a ciência Geografia, sobre as suas reflexões e produções teóricas e como elas chegam à sala de aula".

Propiciar aos aprendizes condições de valorizar a diversidade histórica cultural, étnica, social, memória individual, coletiva e histórica da coletividade. Conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais (2001, p. 51): "Ao ingressarem na escola, as crianças passam a diversificar os seus convívios, ultrapassando as relações de âmbito familiar e interagindo, com outro grupo social-estudantes, educadores e outros profissionais caracterizados pela diversidade e ao mesmo tempo, por relações entre iguais". A autora Eva justifica a necessidade de constar

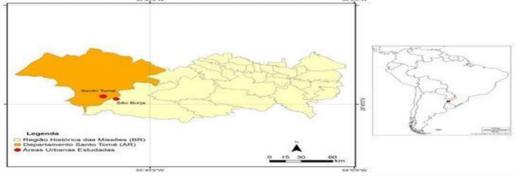


nesse Material Didático a praticidade do entendimento da cultura local. Desta maneira é necessário:

Explicar aos discentes que os povos produzem cultura, mas que cada um tem uma maneira diferente de se comunicar, de se expressar e de utilizar a sua linguagem. Ou seja, é por meio da oralidade que os indivíduos narram a história dos seus ancestrais, das suas práticas sociais, de suas tradições, de suas festas religiosas, dos seus rituais sagrados, dos seus hábitos e costumes vivenciados em seus contextos históricos, religiosos, políticos, regionais e sociais (JORNADA, 2019, p.88).

A seguir demonstra-se o mapa das cidades gêmeas. No entanto para fins educativos apenas é abordada a cidade São Borja para realização de Material Didático. Reverbera-se que anteriormente foi conceituada e explicada suas Portarias e Decreto. Após o mapa será referenciada um melhor esclarecimento por parte de Doutores em História e Geografia sobre fronteira. No caso na municipalidade a fronteira é fluvial.

FIGURA 03 MAPA DAS CIDADES GÊMEAS



Fonte: Nola Gamalho, 2015.

O recorte em estudo, a fronteira São Borja-Brasil/Santo Tomé Argentina, está regionalizada no bioma pampa, também conhecido como região socioambiental de campanha. Geograficamente, essas cidades gêmeas localizam-se, respectivamente, nas regiões Sudoeste Rio-Grandense e Departamento de Santo Tomé, Província de Corrientes, Argentina. Essas municipalidades também podem ser consideradas integrantes da chamada região histórica das Missões Jesuítico-Guarani da América do Sul (PINTO; COLVERO, 2015, p. 305).



Segundo a autora, "a política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz" (SOUZA, 2006, p. 36). Para tanto, envolve vários atores (formais e informais) e níveis de decisão; não se limita a leis e regras; é uma ação intencional e de longo prazo. "A política pública envolve processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação" (SOUZA, 2006, p. 37).

Principalmente atualmente, os estudantes de nacionalidade brasileira cruzam a Ponte Internacional da Integração para estudar na Argentina. Ressaltam os pesquisadores, que também o município são-borjense foi rota comercial de vários produtos e de erva mate nessa região.

No início do século XIX, São Borja já havia ganhado um destaque singular perante as demais municipalidades da região, especificamente pela sua localização geoestratégica, às margens do importante Rio Uruguai, muito utilizado tanto como rota comercial para escoar produtos missioneiros (especialmente a erva-mate) como para formar uma via de comunicação com o meio exterior ao local (COLVERO, SEVERO, 2016, p. 36).

Assim, é perceptível que a cidade merece que as crianças e adolescentes possam estudála, com maiores esclarecimentos de sua ampla gama de diversidade. Saber o que ocorreu no passado, o Tratado de Madri, a Guerra Guaranítica, a Guerra do Paraguai entre outros conflitos; por meio de fatos históricos e geográficos é imprescindível. Ter um Material Didático de acesso aos estudantes é relevante e significativo. Até mesmo é proeminente para demais pessoas da comunidade são-borjense, que atualmente estudam na Educação de Jovens e Adultos na Totalidade 2 e 3. Literalmente, um visitante também poderá ter acesso a esse material.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em relação aos resultados nota-se ser muito positivo ter feito essa pesquisa. A fim de defender a temática desse. Salienta Cordiolli (2011, p. 32) "[...] A efetivação das políticas públicas de educação envolve e depende do envolvimento de ações de diversos segmentos relacionados à educação. São produtos da interação entre ações governamentais e os diversos



sujeitos educacionais". E inadmissível pensar que uma instituição pública funcione sem a ajuda de todos envolvidos no processo da comunidade escolar.

E o problema público que se indaga nesse ainda é desafiador. Sonho da docência de obter um material que contemple o Plano de Ensino, que está inserido no Currículo Escolar e no Projeto Político Pedagógico. Ter em mãos na atualidade um Material Didático que contemple as Unidades Temáticas e os Objetos de Conhecimento é importante para o desenvolvimento do processo ensino pedagógico dos aprendizes.

O Programa Nacional do Livro Didático e do Material Didático⁵ (PNLD) é uma política pública do Ministério da Educação e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). O programa tem como objetivo distribuir livros didáticos. É o mais antigo dos programas voltados à distribuição aos estudantes da rede pública de ensino brasileiro. A seguir o autor salienta a relevância dos materiais didáticos:

Os materiais didáticos podem ser considerados ferramentas importantes para incentivar e para auxiliar o processo educacional, da seguinte forma: os materiais podem motivar no aluno o gosto para o estudo de uma disciplina ou um assunto. Ao utilizar os materiais didáticos, o professor possibilitará ao aluno maior compreensão do conteúdo. Os materiais poderão despertar mais interesse do aluno, estimulando assim sua participação nas aulas, tornando-as mais dinâmicas. A utilização dos materiais didáticos adequados facilita a compreensão sobre determinados assuntos apresentados (JUSTINO, 2011, p.108).

Em relação a discussão enfatiza-se que se pretende continuar defendendo a necessidade de Material Didático apropriado de História e Geografia, que contemple as necessidades reais dos alunos e das alunas. Também é um recurso pedagógico que vai contemplar a docência, pois os conteúdos já estarão pontuados, pesquisados e escritos de maneira, que a intervenção pedagógica tenha mais leveza ao ter em mãos as Unidades Temáticas e os Objetos de Conhecimento. Ficará menos sobrecarregada. Porque nos Anos Iniciais é uma professora ou

⁵ Disponível em https://www.gob.brpnld Acesso em: 15.nov. 2024.



um professor para preparar cada disciplina e desenvolvê-la conforme o horário exigido pela escola. E terá oportunidade de realizar as atividades pedagógicas de acordo com o nível dos educandos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao realizar-se uma retrospectiva desse pretende-se agradecer a oportunidade de contribuir com o artigo para que a docência, demais atores governamentais e não governamentais possam realizar uma leitura crítica em relação a ele. É uma contribuição à docência e discentes dos Anos Iniciais e Finais, do Ensino Fundamental. Pontua a relevância de observar-se as Unidades Temáticas e os Objetos de Conhecimento das disciplinas de História e Geografia, que serão desenvolvidos durante o ano letivo. Visto, que são eles que proporcionar-se-á conhecimento da comunidade local em sua íntegra. Que discorrem sobre o local são-borjense.

É embasado na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) implementado atualmente. E pelo Decreto Lei 8.636/2016 que reforça a ideia de estudar a disciplina de História e a Geografia do local onde residem os estudantes brasileiros são-borjenses. Ou de diferentes regiões, que atravessam a Ponte Internacional da Integração. Também conhecida como Ponte Internacional São Borja-Santo Tomé. É uma ponte sobre o rio Uruguai, que liga as duas fronteiras internacionais uma de nacionalidade brasileira e outra argentina. Muitas pessoas desconhecem a história geográfica local. Em relação a problemática que dialoga nesse ainda não há um Material Didático elaborado de acordo com exigências sugeridas pela BNCC. Ela é um Documento Normativo.

Além disso, os Livros Didáticos enviados pelo Programa Nacional de Livro Didático não têm um que contemple as necessidades reais que divulguem narrativas discursivas históricas e geográficas sobre o município são-borjense. São obras confeccionadas para grandes capitais e diferentes da realidade em que estão inseridos os educandos são-borjenses. Porque



muitos ainda apresentam dificuldades de aprendizagem e de compreensão textual. Tem vocábulos que estudantes ainda não entendem. Lógico, pode ser pesquisado no dicionário, mas são desconhecidas suas interpretações na descontinuidade das aprendizagens históricas ou geográficas.

O objetivo geral e objetivos específicos podem serem atingidos. Apenas necessitam que esse artigo possa ser fonte de inspiração para leitores e leitoras aguçados pela curiosidade do surgimento da municipalidade. São Borja é oriunda de povos originários guaranis e de padres jesuítas espanhóis que atravessaram o rio Uruguai, vindo de outra redução missioneira, para fundar a Redução de São Francisco de Borja. No início do povoado eram feitas peças artesanais no estilo arte barraco missioneiro. É considera a Primeira dos Sete Povos das Missões.

Assim, ao confeccionar o Material Didático de História e de Geografia é necessário pontuar alguns conteúdos tais como: Como foi a construção da Redução Missioneira? De quais materiais utilizavam nas construções do período Reducional? Qual era a religiosidade na Redução? Em relação aos povos missioneiros como procedeu-se a sua origem e os costumes? Quando ocorreu o Tratado de Madri? Por que aconteceu a Guerra Guaranítica? O que fez Brazanelli, no período Reducional? E como foi a construção da Igreja Missioneira? E outros fatos históricos devem ser abordados, mas seguindo-se uma linha de tempo cronológica.

Portanto, outros pontos podem ser elencados nos conteúdos geográficos e históricos tais como: Mapas, Dados gerais em relação a população, vias de acesso a cidade, relevo, hidrografia, limites de São Borja, festas populares: Festa da Nossa Senhora dos Navegantes, Procissão do São João Batista, Fundação da Ponte Internacional da Integração, Ex Presidentes São-borjenses, Cidade Capital da Produção, Cidade Histórica, Bandeira do Município, Árvore símbolo de São Borja, Ave símbolo de São Borja, Monumento das Cruzes, Toponímia nomes femininos de ruas, Monumento Tricentenário, Festa do Padroeiro de São Borja, clima, Mausoléu de Getúlio Vargas, Hino Oficial do Município de São Borja, Curiosidades são-



dos tuneis de São Borja e outras.

Logo, esse é um levantamento de alguns conteúdos programáticos. Atualmente chamados de Unidades Temáticas e Objetos de Conhecimento. Como sugestão os discentes podem realizar pesquisas orais com pessoas 60 + para contarem o que lembram da cidade de antigamente. De como era realizado o comercio formiga, no Puerto Hormiguero, em Santo Tomé, antigamente? Quais os meios de transportes etc. Esse objeto de estudo pretende fazer com que seja possível uma reflexão e uma autocrítica. Pensar que memória individual, coletiva e história tem. Propiciar condições de crianças e adolescentes entenderem a necessidade de respeitar o etarismo, a igualdade de gênero e o respeito pela diversidade étnica, social, cultural...

REFERÊNCIAS

ANDREIS, Adriana Maria. Ensino de Geografia Fronteiras e Horizontes: Porto Alegre: Compasso Lugar e Cultura: Imprensa Livre, 2012.

BARCA, I. Investigação em educação histórica: possibilidades e desafios para a aprendizagem histórica. In: Atas das VI Jornadas Internacionais de Educação Histórica: Perspectivas de Investigação em Educação Histórica v. 1. Curitiba: UTFPR, 2007. p. 26-42.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras **providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan.2001.

BRASIL, Parâmetros curriculares nacionais: história e geografia. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. 3. Ed. Brasília: A Secretaria, 2001.

BRASIL. Constituição 1988. Constituição da República Federativa do Brasil: **Texto** constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 67/2010, pelo Decreto nº 186/2008 e pala Emenda Constitucional de Revisão nº 1 a 6/94. -Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2011.



BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília/MEC, 2017.

COLVERO, Ronaldo B.; MAURER, Rodrigo F. (orgs.) Missões em Mosaico: Da interpretação à prática: um conjunto de experiências. Porto Alegre: Faith, 2011.

CORDIOLLI, Marcos Antonio. Sistemas de ensino e políticas educacionais no Brasil. Curitiba: Ibpex, 2011.

DEMO, Pedro. Introdução à Metodologia da ciência. 2. ed. São Paulo, SP: Atlas, 1985.

FALCÃO, José Newton Rodrigues. História pelas ruas de São Borja. 1ª. Ed. São Borja: DMIMPRESSOS, 2024.

FARTIN, Maria Eneida. **Metodologia do ensino de geografia**. 2. Ed. Ver, atual. Curitiba: Ibpex, 2010.

FERREIRA, Ewerton da Silva. Educação pública no Brasil: algumas reflexões. Semina -Revista Dos Pós-Graduandos Em História Da UPF, v. 20, n. 3, p. 25-41. 2021. https://doi.org/10.5335/srph.v20i3.13133

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 66. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática. São Paulo: Unesp, 2000.

Gil, Antônio Carlos, 1946- Como elaborar projetos de pesquisa. - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

KRAMER, S. Propostas pedagógicas ou curriculares: subsídios para uma leitura crítica. Educação & Sociedade. Campinas, v.18, n. 60, dez, 1997.

JORNADA, Eva Terezinha Ferreira; PINTO, Muriel. O Patrimônio Imaterial como Ferramenta de Fomento de Educação, na Zona Fronteiriça: Um olhar sobre as políticas públicas educacionais e culturais e suas legitimações constitucionais. Revista de Ensino



Um evento para reunir **acadêmicos e profissionais** vem ai









Interdisciplinares, [A], v.1, n.42, set.out.2019 DOI: https://doi.org/10.56579/rei.v1i2.14
Disponível em https:revistas, ceeinter.com.br/revistasdeestudointerdisciplinar/article Acesso em: 15 out. 2024.

JORNADA, Eva Terezinha Ferreira. **Políticas públicas educacionais: valorização do espanhol nas cidades gêmeas São Borja/BR e Santo Tomé/AR**. 2022. 161 p. Dissertação (Mestrado de Políticas Públicas) — Universidade Federal do Pampa, Campus São Borja, 2022.

JUSTINO, Marinice Natal. **Pesquisa e recursos didáticos na formação e práticas docentes**. Curitiba: Ibpex, 2011.

PEREIRA, D. Geografia escolar: identidade e interdisciplinariedade. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA**, 5., 1994, Curitiba. Anais...,1994, p.76-83.

Pinto, Muriel; Colvero, Ronaldo Bernadino. A região de fronteira São Borja-Brasil/Santo Tomé-Argentina: as representações sociais tradicionais pós construção da ponte da Integração (1994-1997). Redes, v. 20, n. 3, p. 303-331. 2015. DOI: https://doi.org/10.17058/redes.v20i3.3412

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

SECCHI, Leonardo. Análise de políticas públicas: diagnóstico de problemas, recomendações e soluções. 1. ed., 2. Reimpressão. São Paulo: Cengage, 2019.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão de literatura**. Sociologia. Porto Alegre, v. 9, n. 16, jul.-dez. 2006.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: Questões Temáticas e de Pesquisas**, Caderno CRH 39: 1124, 2003.

VASCONCELOS, José Antonio. **Metodologia do ensino de história.** Curitiba: Intersaberes, 2012.